

PORTARIA Nº 766, DE 4 DE JULHO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, e

Considerando que compete à União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas, de acordo com os arts. 21, inciso XVI, e 220, § 3º inciso I, da Constituição Federal;

Considerando o disposto no art. 257 da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a decisão proferida pela 5ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais na Ação Cível Pública Nº 2001.38.00.039726-7, ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a União Federal, que deferiu, parcialmente, a antecipação de tutela para determinar que a União Federal no prazo de cento e vinte dias contados da decisão estabelecida critério de classificação para todos os jogos de RPG, segundo a faixa etária a que se destinam e o conteúdo das mensagens que veiculam;

Considerando que os chamados “Jogos de Interpretação”, conhecidos como RPG (sigla advinda da língua inglesa – Roleplaying Game), de qualquer natureza e origem terão que ser submetidos à classificação indicativa no Ministério da Justiça, resolve:

Art. 1º Os jogos de interpretação (RPG) deverão ter as seguintes classificações:

- I – Livre;
- II – Inadequado para menores de doze anos;
- III – Inadequado para menores de quatorze anos;
- IV – Inadequado para menores de dezesseis anos;
- V – Inadequado para menores de dezoito anos.

Art. 2º A classificação informará sobre a natureza dos jogos, considerando-se, para fim de avaliação, a faixa etária não recomendada por conter violência, ou prática de atos sexuais e ou desvirtuamento de valores éticos e morais.

Art. 3º Os distribuidores ou representantes, ao solicitar a classificação dos jogos de interpretação (RPG), deverão apresentar fichas técnicas com a sinopse do jogo, juntamente com o material a se classificado, incluindo as tarefas e/ou missões que cabem a cada participante.

Art. 4º A classificação indicativa, estabelecida em Portaria do Ministério da Justiça, será publicada no Diário Oficial da União, no prazo de quinze dias úteis, para os lançamentos, e de vinte dias úteis para os demais, contado da data do protocolo do pedido de classificação.

Parágrafo único. No caso de inobservância dos prazos estabelecido no caput deste artigo, os distribuidores e representantes poderão comercializar os jogos de interpretação (RPG) segundo a classificação por eles sugerida na ficha técnica de classificação, até a data da publicação da Portaria do Ministério da Justiça.

Art. 5º O jogo de interpretação (RPG) deverá exibir, no invólucro, em destaque, síntese de seu conteúdo, informações sobre sua natureza e a faixa etária recomendada, observada a classificação estabelecida no art. 1º desta Portaria.

Art. 6º Os responsáveis, fabricantes e distribuidores terão o prazo de cento e vinte dias, contados da data da publicação desta Portaria, para fazer contar no jogos de interpretação (RPG) já existentes no mercado brasileiro a faixa etária a que se recomendam.

Parágrafo único. Entende-se por jogos de interpretação (RPG) já existentes no mercado brasileiro, sujeitos à classificação, aqueles que tenham sido produzidos nos sessenta dias anteriores à vigência desta Portaria.

Art. 7º O distribuidor, o representante, o fornecedor e o varejista responderão solidariamente no caso de descumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 8º A inobservância do disposto nesta Portaria sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL REALE JÚNIOR